

# **A prática pedagógica no ensino de Sociologia sobre identidade de gênero e orientação sexual: as compreensões dos docentes de Sociologia de uma escola pública estadual do Paraná, Brasil**

*Ramon de Oliveira Bieco Braga<sup>1</sup>  
Rodrigo Diego de Souza<sup>2</sup>*

## **Resumo**

A LGBTfobia é uma violência social que denuncia a intolerância de gênero e diversidade sexual no Brasil. Segundo o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017), somente no ano 2016, 343 pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) foram assassinadas no país. Desse modo, nesta pesquisa, considerou-se que a LGBTfobia está presente nas espacialidades escolares do país, sobretudo nos colégios estaduais no município de Curitiba, Paraná, onde foi realizado um estudo de caso. Desse modo, problematizou-se como as ações educativas para os docentes de Sociologia, auxiliam no ensino de Sociologia em relação a abordagem das temáticas de gênero, diversidade e LGBTfobia. O objetivo geral foi de intervir nas ações educativas dos docentes de Sociologia, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, ao que concerne a discriminação social dos discentes em relação a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT. Metodologicamente foi aplicado um questionário semiestruturado para os docentes, possibilitando o diagnóstico de como o discurso de gênero é lecionado por esses docentes. Os resultados evidenciam que quando os docentes lecionam sobre gênero, os(as) discentes LGBT se sentem seguros com a explicação porque a aula estimula o diálogo sobre essas vivências do espaço escolar consideradas dissidentes da heteronormatividade.

**Palavras-chave:** Espaço Escolar; Ensino de Sociologia; Gênero.

## **Pedagogical practice in the teaching of Sociology about gender identity and sexual orientation: the understandings of the Sociology professors of a public school in Paraná state, Brazil**

## **Abstract**

LGBTphobia is a social violence that denounces gender intolerance and sexual diversity in Brazil. According to the annual report of the Gay Group of Bahia (GGB, 2017), in 2016 alone, 343 lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people were murdered in the country. Thus, in this research, it was considered that LGBTphobia is present in the school spatialities of the country, especially in state schools in the municipality of Curitiba, Paraná, where a case study was conducted. Thus, it was problematized as the educational actions for sociology teachers, help in the teaching of Sociology in relation to the approach of the themes of gender, diversity and LGBTphobia. The general objective was to intervene in the educational actions of sociology teachers, who teach at a state college in the city of Curitiba, Paraná, regarding the social discrimination of students in relation to sexual orientation and gender identity of LGBT people. Methodologically, a semi-structured questionnaire was applied to teachers, enabling the

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Geografia e Bacharel em Geografia pela UFPR. Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE). Professor Titular da UNIANDRADE. E-mail: ramonbieco@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-MP/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEduC/UnB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Políticas Educacionais e Educação em Ciências, no Diretório do CNPq. E-mail: professor.rodrigousouza@gmail.com / rodrigo.souza@unb.br .

diagnosis of how gender discourse is taught by these teachers. The results show that when teachers teach about gender, LGBT students feel safe with the explanation because the class stimulates dialogue about these experiences of the school space considered dissidents of heteronormativity.

**Keywords:** School Space; Teaching Sociology; Gender.

## **Introdução**

A Política Nacional de Saúde Integral da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (BRASIL, 2010), compreende que a saúde das pessoas que possuem orientação sexual e identidade de gênero dissidente da heteronormatividade, apresentam vulnerabilidade social e adoecem psicologicamente devido a discriminação social que vivenciam nos espaços públicos e privados.

O relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017) denunciou que no ano 2016, 343 pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) foram assassinadas no Brasil. O mesmo documento indica que a cada 25 horas, uma pessoa LGBT é vítima da homofobia, bifobia e/ou transfobia, evidenciando a vulnerabilidade dessas pessoas na vivência espacial. Dos casos registrados, 20% eram adolescentes e encontravam-se no período de escolarização da educação básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio.

De acordo com Ornat (2011), as pessoas transgêneros são violentadas de diferentes formas nos espaços escolares, pois apanham de outros colegas e não são bem-vindas nesses espaços. Elas são ofendidas por termos pejorativos como viadinho, bichinha, traveco, dentre outros, além de serem humilhadas e apanharem na frente dos(as) docentes que não intervêm durante as ocorrências. Por esses motivos, muitas pessoas transgêneros não se sentem confortáveis em frequentarem as aulas e muitas desistem da escolarização.

O mesmo ocorre com frequência com as pessoas que possuem a orientação sexual lésbica e homossexual, sobretudo discentes do sexo masculino que sofrem com as discriminações sociais advindas da heteronormatividade que repudia a corporificação dos gêneros não binários e as orientações sexuais não heterossexual, isto é, homossexual, bissexual e assexual.

Nesse contexto, a realidade vivenciada pelas pessoas LGBT nos colégios estaduais, no município de Curitiba, Paraná, evidenciam que elas frequentemente são desrespeitadas por outras pessoas. As situações de desrespeito ocorrem entre discentes –

discentes, discentes – docentes, docentes – docentes, bem como as ofensas que apresentam gênese dos funcionários, pais, mães e responsáveis pelos discentes.

Docentes LGBT compartilham dos mesmos preconceitos que discentes LGBT, embora sejam os discentes os mais vulneráveis e os mais violentados porque não são assegurados pelos mesmos poderes que asseguram a integralidade e o respeito dos docentes, que possuem o conhecimento científico, o poder da avaliação e o próprio *status quo* no interior do colégio que é por exercer a profissão docente.

As práticas discriminatórias são oriundas dos docentes e discentes. Durante a realização de uma observação prévia para o desenvolvimento da presente pesquisa, no colégio estadual que o autor desta pesquisa leciona em Curitiba, foi possível observar que durante o intervalo das aulas, na sala dos docentes, existem os seguintes comentários pejorativos: “você viu como que fulano disse tal coisa?”, “Ciclano vira muito a mão e não tem voz de macho!” e “Aii viado...”, dentre outros comentários que evidenciam o sentimento de exortar a violência contra essas pessoas na condição de discentes.

Nas salas de aulas e no pátio do colégio, verificou-se que os discentes masculinos são mais agressivos, atacam com comentários opressores e depreciativos, acuando as pessoas transexuais e homossexuais a se isolarem socialmente e temerem ser violentadas a qualquer momento. Muitos deles preferem ficar próximos das alunas femininas, pois são mais delicadas e compreendem que a orientação sexual não é uma opção e sim uma orientação, bem como compreendem que a identidade de gênero não é uma opção e sim uma questão de identidade.

Diante do exposto, a questão norteadora da presente pesquisa desenvolvida no curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, e a Universidade Aberta do Brasil/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (UAB/CAPES), consistiu em investigar como as ações educativas sensibilizam os docentes de Sociologia, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, sobre a discriminação social contra discentes LGBT?

Salienta-se que a prática de intervenção pedagógica ocorreu somente em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, sendo que o nome do colégio não é divulgado, bem como o nome das pessoas que participaram, em virtude de evitar expor um órgão público e as pessoas envolvidas no mesmo.

Nesse contexto, o objetivo geral foi de intervir nas ações educativas dos docentes de Sociologia, que lecionam em um colégio estadual no município de Curitiba, Paraná, ao que concerne a discriminação social dos discentes em relação a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT.

Do objetivo geral apresentado, ramificaram-se os seguintes objetivos específicos: a) sensibilizar os docentes de Sociologia para combater a violência contra as identidades de gênero dissidentes da heteronormatividade; e b) aplicar ações educativas voltadas à sensibilização dos docentes de Sociologia para combater a violência social contra as pessoas que possuem orientações sexuais desviantes da heteronormatividade.

Ao que concerne à justificativa, salienta-se que a discriminação social devido a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas dissidentes da heteronormatividade, são um tema de imperativa abordagem porque evidencia situação de adoecimento das pessoas LGBT que sofrem com os comentários ofensivos, violências físicas e maus tratos em seu meio social.

A abordagem das pessoas LGBT se justifica porque são pessoas que compartilham similares experiências com a vivência espacial e sofrem com as mesmas discriminações devido aos estigmas sociais que prevalecem na interpretação desses corpos.

De acordo com Luiz (2011), lésbicas e gays são discriminados pela orientação sexual e não são bem recebidas socialmente nos espaços públicos, assim como as pessoas transgêneros, embora a última seja discriminada também pela identidade de gênero.

Nesse contexto, o projeto de intervenção se justifica por orientar e estimular os(as) docentes(as) de Sociologia, a como abordarem os temas ‘orientação sexual’ e ‘identidade de gênero’ na sala de aula porque, conforme relatos de muitos docentes, eles se sentem despreparados para dialogarem com os(as) discentes sobre esses assuntos que são carregados de preconceitos adquiridos erroneamente pela vivência com outras pessoas que realizam a manutenção dos preconceitos.

Verifica-se que muitos discentes se sentem desencorajados(as) a frequentarem as aulas porque temem com as violências e isso deve ser combatido pelos próprios docentes que, orientados apropriadamente, poderão intervir pedagogicamente em todas as turmas que lecionarão nos próximos anos letivos. Logo, os resultados poderão se reproduzir para outras turmas e em outras gerações de discentes.

## **O feminismo como um movimento social e a visibilidade da discriminação social contra as pessoas LGBT**

O Feminismo é um movimento social que sensibiliza as pessoas sobre as desigualdades sociais entre os sexos, ao que concerne as obrigações e direitos sociais/civis, igualdade de salário e oportunidades de emprego no mercado de trabalho, dentre outras condicionantes sociais. Segundo Adichie (2015, p.49), feminista é “uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos”.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p.16).

Assim sendo, conforme Pinto (2010), verifica-se que a primeira onda do Feminismo ocorreu na Inglaterra, no início do século XX, quando um grupo de mulheres denominadas por *Sufragetes*, organizaram-se para protestarem sobre o direito do voto e conquistaram o mesmo no ano 1918. O mesmo ocorreu no Brasil. Lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminista, as mulheres conquistaram o direito do voto no ano 1932, na promulgação do novo código brasileiro do sistema eleitoral.

Posterior a esse momento, as feministas iniciaram reflexões no contexto social, político, econômico e cultural acerca dos direitos civis e espaços sociais, onde homens e mulheres possuíam diferentes demandas e comportamentos.

Adichie (2015) compreende que a expressão de gênero<sup>3</sup> ocorre de diferentes formas e a desigualdade social entre os mesmos é construída culturalmente porque são as pessoas que elaboram a cultura como, por exemplo, em relação ao casamento.

O casamento pode ser bom, uma fonte de felicidade, amor e apoio mútuo. Mas por que ensinamos as meninas a aspirar ao casamento, mas não fazemos o mesmo com os meninos? [...] em nossa sociedade, a mulher de certa idade que ainda não se casou se enxerga como uma fracassada. Já o homem, se permanece solteiro, é porque não teve tempo de fazer sua escolha (ADICHIE, 2015, p.32-33).

---

<sup>3</sup> Nesse momento, Adichie (2015) compreende o gênero binário, isto é, homem/mulher.

Diante do exposto, segundo a autora nigeriana citada anteriormente, existem reflexões que questionam sobre como a sociedade naturaliza as obrigações sociais destinadas aos homens e mulheres como, por exemplo, a prática de cozinhar e limpar a casa, consideradas tarefas frequentemente praticadas por mulheres, enquanto que aos homens é apropriado trabalhar fora de casa e trazer o sustento para a família. “Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar?” (ADICHIE, 2015, p.37).

As reflexões expostas acerca da aspiração pelo casamento e as tarefas domésticas são simultaneamente antigas e contemporâneas, bem como consolidam o movimento feminista, pois independentemente do sexo e da identidade de gênero, as pessoas não deveriam ter obrigações sociais distintas.

Pinto (2010) observa que o movimento feminista permaneceu entre os anos 1930 a 1960 sem muita representatividade no cenário político, econômico e cultural, embora durante esse período tenha ocorrido um fato relevante que foi o surgimento do anticoncepcional na década de 1960 e a partir desse momento, as mulheres puderam melhor planejar o momento apropriado para engravidarem e isso possibilitou um novo posicionamento das mesmas no mercado de trabalho.

Contudo, Ornat (2008) destaca a obra de Simone de Beauvoir (1967, p.09) como um exponencial manifesto feminista, ao definir a máxima “não se nasce mulher, se torna mulher”.

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (BEAUVOIR, 1967, p.09).

Durante a segunda onda do Feminismo, o pensamento de Beauvoir (1967) influenciou a liberdade de expressão das mulheres, sobretudo as oprimidas pelos homens e as sociedades patriarcais. Todavia, Pinto (2010) salienta que no Brasil o feminismo permaneceu com pouca representatividade entre os anos 1964 a 1980, devido a Ditadura Militar que oprimia os movimentos sociais.

A partir dos anos 1980, as classes menos favorecidas economicamente tomaram consciência dos temas sociais que emergiam na redemocratização do país. Os temas tangenciavam a educação, a saúde e ao saneamento básico (PINTO, 2010).

É nesse momento que o feminismo renasce das cinzas e evidencia a necessidade de a sociedade lutar pela igualdade entre os sexos e foi sob essa perspectiva que ocorreram inúmeras conquistas, dentre elas a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (1984), a visibilidade aos direitos das mulheres na Constituição de 1988, bem como a mais expressiva que é a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) que coíbe a violência contra a mulher.

Os estudos científicos tangentes ao Feminismo, de acordo com Ornat (2008), se iniciaram nos anos 1970, pioneiramente nos Estados Unidos da América com posterior difusão para os demais países desenvolvidos.

No Brasil, os pioneiros estudos dessa área, segundo Silva (1998), tinham uma abordagem que assustava os(as) pesquisadores(as) que não estavam familiarizados com os termos e isso também ocorria nos Estados Unidos da América, conforme foi constatado por Martínez, Moya e Munoz (1995, p.13):

O medo do feminismo é similar ao medo dos extraterrestres, tendo ambas suas raízes no temor ao desconhecido, na ansiedade em torno da mudança. Porque, com efeito, o feminismo nos fala, sem dúvida alguma, em mudança.

Conforme Silva (1998), as pesquisas publicadas no fim do século XX eram radicais e criticavam a organização social, a luz de evidenciar a violência que as mulheres sofriam no interior das suas residências, no seio familiar e no mercado de trabalho.

Conjuntamente aos temas mencionados, emergiram outros grupos sociais de pessoas similarmente oprimidas e violentadas pela sociedade machista e patriarcal, a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT).

Nesse mesmo momento, surgem pesquisas anglófonas que se consolidaram como um novo campo das Ciências Sociais, isto é, as Sexualidades (SILVA; ORNAT, 2011), investigando desse modo como os diferentes sexos vivenciam o espaço. Essas pesquisas evidenciaram que homens e mulheres sofrem com as representações sociais (BOURDIEU, 1995), embora as mulheres, homens homossexuais e pessoas transgêneros/transexuais sofram mais.

Nesse contexto, as pesquisas feministas se apropriaram da compreensão da heteronormatividade estruturada por Foucault (1988) que crítica a organização social que naturaliza o relacionamento heterossexual entre homens e mulheres, valorizando religiosamente o casamento monogâmico e idealizando a família nuclear como sagrada – um casal heterossexual (preferencialmente branco) com dois filhos, sendo um menino e uma menina.

O mesmo autor salienta que historicamente a heteronormatividade foi construída pela sociedade moderna que, posterior ao século XVII, foi moldada por dispositivos no controle da sexualidade que ratificaram e naturalizaram a heterossexualidade compulsória.

Mediante o contexto apresentado e para tornar inteligível a discriminação social contra os discentes LGBT, salienta-se que os dispositivos que controlam a sexualidade, conforme Foucault (1988) são os poderes exercidos pela Igreja, o Estado e a Família.

A Igreja exorta os relacionamentos monogâmicos entre os casais heterossexuais porque assume a posição de que é esperado que a reprodução entre os seres humanos ocorra no interior do casamento – abençoado por Deus, e as pessoas que praticam relações sexuais que não objetivem a reprodução e não são assistidas pela união do matrimônio, devem ser perseguidas e julgadas moralmente pela Igreja, sendo orientadas a pagarem os seus pecados e a rezarem missas para se redimir perante a Deus.

Segundo Foucault (1988), o Estado é um dispositivo no controle da sexualidade mediante a proibição de casamentos poligâmicos, a instauração da obrigação do trabalho militar, bem como o interesse em ratificar a reprodução humana para atender a demanda das fábricas e do capitalismo que necessita da manutenção da mão de obra.

A Família é um dispositivo no controle da sexualidade a partir do momento que naturaliza o modelo patriarcal como o símbolo máximo da sistematização social. É no núcleo familiar que são definidas as atividades do que é esperado de uma mulher e de um homem. As mulheres devem cuidar das atividades domésticas, da prole e do marido, enquanto aos homens é esperado que eles trabalhem e cuidem da manutenção da casa devido ao trabalho físico. De ambos é esperado obediência aos cultos semanais da Igreja e respeitabilidade das leis e normatizações do Estado (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, as pessoas que não se enquadram no formato da heteronormatividade são consideradas desviantes das normas e devem ser perseguidas moralmente pela igreja, censuradas pela sociedade e tratadas por mecanismos da psicologia reconhecidas pelo Estado.



Portanto, as pessoas que praticam relações homoafetivas são dissidentes e devem ser perseguidas moralmente pela Igreja, assim como pelo Estado que via a Psicologia, tratou a homossexualidade como uma doença e a classificou como ‘homossexualismo’ no Código Internacional de Doenças (CID).

O ‘homossexualismo’ não é mais tratado pelos psicólogos como doença desde 1970, embora o transexualismo ainda seja considerado uma doença denominada disforia de gênero e isso evidencia que as pessoas com identidade de gênero dissidente a heteronormatividade sejam mais vulneráveis no exercício da cidadania.

Para tanto, as mulheres cisgêneros (pessoas do sexo feminino que corporificam o gênero feminino), as pessoas não brancas (discriminação étnica), transexuais, homossexuais e lésbicas são dissidentes da heteronormatividade e ganham visibilidade no macro grupo do Feminismo.

## **Operacionalização**

A área da pesquisa ocorreu no âmbito educacional que, segundo Malheiros (2011), é um espaço onde o pesquisador possui uma expressiva diversidade cultural de discrepantes representações sociais, enriquecendo as pesquisas acerca do ensino da Sociologia.

Compreendendo que o método é um encaminhamento racional de etapas a serem vencidas a fim de atingir o objetivo da pesquisa (GALLIANO, 1986), a matriz metodológica aplicada foi a indutiva-qualitativa que parte do particular para o geral (MALHEIROS, 2011), assim, com base em uma amostra acerca do fenômeno investigado, será possível compreender como o mesmo se comporta.

Operacionalmente, a pesquisa ocorreu durante o primeiro semestre do ano letivo 2018, em um colégio estadual do município de Curitiba, Paraná, onde trabalham 03 docentes de Sociologia nos turnos matutino e noturno.

A coleta de dados foi a aplicação de um questionário semiestruturado para esses docentes responderem as seguintes perguntas:

01. Qual é a diferença de identidade de gênero para orientação sexual?
02. Você trabalha com esses temas nas aulas de Sociologia? Se sim, como?
03. Existem alunos(as) dissidentes da heteronormatividade? Se sim, como eles(as) se sentem quando você aborda esses temas durante as aulas de Sociologia?

Esse questionário semiestruturado possibilitou ao pesquisador investigar como os docentes reconhecem o tema e foi com base nas respostas que foi ministrada uma palestra orientadora para esses docentes, sensibilizando eles(as) acerca do temário e orientando encaminhamentos práticos pedagógicos sobre como trabalhar com a identidade de gênero e orientação sexual no ensino de Sociologia.

## **Resultados e Discussões**

Butler (2000) compreende o gênero como atos corporalmente construídos por pessoas que exercem performatividades. Não existem somente gêneros masculinos ou femininos, bem como não existem somente roupas para mulheres e homens. A autora afirma que a polarização binária dos papéis de gêneros restringe a diversidade cultural da corporificação dos gêneros.

De acordo com Roughgarden (2005), o sexo anatômico não determina os papéis dos gêneros. A Biologia reconhece que existem machos e fêmeas devido à produção de gametas, porém os critérios biológicos para definir machos e fêmeas não podem ser reproduzidos aos seres humanos.

Portanto, a identidade de gênero é como a pessoa se identifica em determinada cultura, em relação às performatividades. Uma pessoa pode transitar entre as identidades de gêneros e não precisa necessariamente permanecer fixa em uma identidade (BUTLER, 2000).

A orientação sexual é o desejo e atração sexual que uma pessoa possui em relação à outra pessoa. Ela pode ser heterossexual quando uma pessoa deseja outra pessoa do sexo oposto; homossexual quando uma pessoa deseja uma pessoa do mesmo sexo; bissexual quando a pessoa sente desejo por pessoas de ambos os sexos; ou assexual quando a pessoa não sente desejo por nenhuma pessoa (ROUGHGARDEN, 2005).

Com base nas respostas obtidas pelo questionário semiestruturado, foi possível evidenciar que apenas um docente conhece a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Os demais docentes se confundiram ao tentar responder, sendo que um confessou que não sabia a diferença.

Considerando o ensino de Sociologia, nos colégios estaduais do Paraná, salienta-se que essa discussão se encontra presente no Caderno de Expectativas de Aprendizagem de Conteúdo em Sociologia (PARANÁ, 2012).

Nesse documento, consta no conteúdo estruturante *cultura e indústria cultural*, o conteúdo básico *questões de gênero* que objetiva como aprendizagem que o corpo discente:

Compreenda como as identidades são construídas no contato com a diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e de orientação sexual, apropriando-se do significado de identidade a fim de adquirir consciência do seu pertencimento;

Desconstrua as ideologias preconceituosas e discriminatórias quanto à raça, às relações de gênero, à orientação sexual, à religião e à classe social, presentes no imaginário social, desenvolvendo atitudes e valores para uma sociedade pluralista (PARANÁ, 2012, p.100).

No mesmo documento, no conteúdo estruturante ‘direito, cidadania e movimentos sociais’, é esperado que o corpo discente “identifique e analise o contexto social que possibilitou a ampliação dos debates sobre questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, etc.” (PARANÁ, 2012, p.102). Portanto, gênero é uma temática obrigatória no ensino de Sociologia e por esse motivo os docentes apresentam esse tema em sala de aula.

Quando questionados sobre a abordagem desta temática, por conseguinte, componente curricular em sala de aula e com que estratégias didático-pedagógicas, todos argumentaram que trabalham em algum momento, embora não tenham deixado claro em que série do Ensino Médio e em que momento do ano letivo.

As aulas são teóricas e expositivas, sendo que os docentes utilizam o livro didático como recurso de apoio que não se aprofunda nas explicações acerca do feminismo e demais movimentos sociais atrelados aos estudos de gênero, na sensibilização da desnaturalização da heteronormatividade e da visibilidade da diversidade sexual das identidades de gênero e orientações sexuais.

Contudo, uma docente relatou que não possui nenhum aluno(a) LGBT. Um docente relatou que possui um aluno homossexual e outro docente relatou que possui uma aluna transexual. Quando eles abordam esses temas, eles observam que esses discentes demonstram interesse pelo diálogo e que na presença deles, nunca observaram se existem situações de discriminação social contra essas pessoas.

Posteriormente a esse diagnóstico, foi elaborada uma atividade teórico-prática sobre identidade de gênero e orientação sexual para todos os docentes desse colégio. A atividade ocorreu em um sábado letivo, durante o período da manhã, sob autorização da

direção da instituição, considerando-se também como espaço de formação continuada dos docentes em serviço.

A atividade durou 1 hora e o autor da pesquisa explicou que a realização da atividade se justificava pela realização da pesquisa de conclusão do curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, e a Universidade Aberta do Brasil / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (UAB/CAPES).

Os docentes se apresentaram interessados. No primeiro momento, foram distribuídas revistas para eles e foi solicitado que recortassem pessoas com corpos. Esses recortes foram colados em um cartaz e demonstraram que as percepções dos corpos humanos pelos docentes são binárias, pois eles recortaram corpos masculinos e femininos.

A compreensão dos corpos binários pelos docentes deve-se a histórica naturalização da tríade relação exposta por Butler (2000) sexo-desejo-corpo, sendo que o sexo anatômico determina a identidade de gênero, significando naturalmente existir somente dois polos feminino ou masculino.

Torrão Filho (2005) observa que historicamente ocorreu uma naturalização entre os gêneros binários, não sendo possível existir outras identidades de gêneros e durante esse processo histórico, é o homem que deve ser o ativo na relação e a mulher ser submissa ao mesmo.

A polarização dos gêneros enquanto dois é ratificada socialmente de diferentes formas nos espaços escolares. Reis e Pinto (2016) verificam que a fila organizada dos discentes pelos docentes, considera a existência de somente dois gêneros, isto é, uma fila para as meninas e outra para os meninos.

Os autores ainda acrescentam que os banheiros são considerados também um espaço de ratificação da ordem binária dos papéis de gêneros, não sendo possível que um menino ou menina transite no banheiro do outro sexo. Todo esse processo é interiorizado pelas pessoas – discentes e docentes, que não se questionam o por que é assim? Por que o mundo naturaliza a existência de somente dois papéis de gêneros?

A naturalização dos gêneros binários é, conforme Santos (2000), uma compreensão biológica e cultural dos posicionamentos científicos. Portanto, o autor argumenta que quando os docentes pensam determinado objeto ou fenômeno, eles pensam de acordo com os parâmetros científicos que historicamente foram treinados

para pensar, logo os corpos com o órgão genital pênis pertencem ao gênero masculino e os corpos com o órgão genital vagina pertencem ao gênero feminino.

Diante do ocorrido, foi problematizado se existem outras identidades de gênero não binárias e foi explicado o que são identidades de gênero e orientação sexual. Posterior à atividade, os docentes relataram que se sentem motivados a realizar essa prática educativa com base na atividade proposta de construção coletiva de um cartaz sobre corpos binários e não binários.

A equipe pedagógica e administrativa também demonstrou interesse em apoiar essa iniciativa e foi sugerido que pelo menos uma vez por ano ocorresse essa atividade, porque o corpo docente da instituição se renova anualmente.

### **Considerações Finais**

A pesquisa evidenciou que a presença das temáticas acerca dos estudos de gênero no currículo do ensino de Sociologia corrobora com a abordagem dos docentes em sala de aula, em relação aos assuntos de identidades de gênero e orientação sexual, embora sejam necessários estudos em formação continuada para os(as) professores(as), em serviço, sobre os estudos de gênero e os modos como esta temática pode ser integradora e interdisciplinar nas relações com os demais componentes curriculares.

Os resultados demonstram que os(as) discentes LGBT se sentem confortáveis com a abordagem dos(as) docentes, embora os(as) docentes não se sentiam confiantes na explanação do assunto. Contudo, posterior à realização da ação educativa, com base na atividade prática, os(as) docentes relataram que se sentem mais seguros(as) para lecionar acerca desses temas, ressaltando-se que apenas atividades pontuais de reflexão sobre esse tema, muitas vezes, não minimizam todas as lacunas referentes aos estudos sobre gênero na escola e na formação continuada dos docentes.

Sugere-se que as pesquisas futuras, no ensino de Sociologia, contemplem discussões acerca das compreensões dos(as) discentes sobre a presença dos corpos não binários nos espaços escolares, propiciando avanços teóricos nas concepções de mundo dos estudantes e a fim de reduzir a discriminação social, o preconceito e a intolerância, muitas vezes, mascarada e não visibilizada nos espaços escolares.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo/SP: Companhia das letras, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo/SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. MS – Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília/DF, 2010.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine; HINES, Sally. Introduction: towards trans geographies. **Gender, place and culture**, v.17, n.5, p.573-577, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Dominação Masculina. **Educação e Realidade**, v.20, n.02. Porto Alegre/RS, p.133-184, 1995.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000. p.151-166.

GALLIANO, Antonio. **O Método Científico: Teoria e Prática**. São Paulo/SP: Harbra, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1988.

GGB – Grupo Gay da Bahia. Relatório Anual dos assassinatos LGBT no Brasil – 2016. 2017. Disponível em: <  
<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> > Acesso em: 25/10/2020.

LUIZ, Carmen Lucia. Saúde para pessoas LGBT. **Psicologia e diversidade sexual**, São Paulo/SP, v.1, p. 25-32, 2011.

MALHEIROS, Bruno. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 2011.

MARTÍNEZ, Ana S.; MOYA, Juana R.; MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad**– Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.

ORNAT, Marcio Jose. **Território Descontínuo e Multiterritorialidade na Prostituição Travesti através do Sul do Brasil**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa/PR, v.2, n.2, p.309-322, 2008.

PARANÁ. SEEDPR – Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Caderno de expectativas de aprendizagem. Sociologia. 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno\\_expectativas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno_expectativas.pdf)> Acesso em: 25/10/2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, v.18, n.36, p. 15-23, 2010.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 24, n. 1, p. 07-25, jan./abr. 2016.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. Londrina/PR: Planta, 2005.

SANTOS, Luís Henrique dos. A Biologia tem uma história que não é natural. In: COSTA, Marisa Vorraber. (org.). **Estudos Culturais em Educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2000. p. 229-256.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Sobre sexualidade e Espaço: Prostituição e Território Travesti. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva. (org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira.** Rio de Janeiro/RJ: Gramma, 2011. p.167-183.

SILVA, Susana Maria Veleza da. Geografia e Gênero / Geografia Feminista – o que é isto? **Boletim gaúcho de Geografia**, n.23, p.105-110, 1998.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos pagu**, n.24, p.127-152, 2005.